

FOUCAULT (1926-1984)

Entrevista com S. Hasumi gravada em Paris em 13 de outubro de 1977

Tradução: Inês Lacerda Araújo

(...)

Poder-se-ia, é claro, retrair uma espécie de fio condutor (do meu trabalho). Meu primeiro livro era a história da loucura, quer dizer, um problema ao mesmo tempo de história do saber médico, de história das instituições médicas e psiquiátricas. Disso passei a uma análise da medicina em geral, em seguida ao estudo das ciências empíricas como a história natural, a economia política, a gramática. Tudo isso é uma espécie não digo de lógica, mas de progressão, por justaposição; entretanto, sob este desenvolvimento livre, mas apesar de tudo verossímil, havia algo que eu próprio não compreendia muito bem, que era no fundo: qual era a questão, como se diz em francês, que me perseguia. Durante muito tempo acreditei que eu era perseguido por um tipo de análise dos saberes e dos conhecimentos tais como eles podem existir em uma sociedade como a nossa: o que se sabe acerca da loucura, acerca da doença, o que se sabe do mundo, da vida? Ora, creio que esse não era meu problema. Meu verdadeiro problema é aquele que é, aliás, um problema atualmente de todo mundo, o do poder. Eu creio que é preciso se voltar ao que acontecia naquele momento, digamos, em 1955, pois foi por volta de 1955 que eu comecei a trabalhar. No fundo, havia duas grandes heranças históricas no século 20 que não haviam sido assimiladas, e para as quais não tínhamos instrumentos de análise. Estas duas heranças negras eram o fascismo e o stalinismo. Com efeito, o século 19 tinha encontrado como grande problema, o da miséria, o da exploração econômica, o da formação de uma riqueza, a do capital, a partir da miséria daqueles mesmos que a produziam. Este escândalo formidável havia suscitado a reflexão dos economistas, dos historiadores que tinham tentado resolvê-lo, justificá-lo como podiam e, no centro de tudo isso estava o marxismo. Eu creio que, no século 20, pelo menos na Europa ocidental – talvez também no Japão – isto é, nos países desenvolvidos industrialmente, não é tanto o problema da miséria que se colocava, e sim o problema do excesso de poder. Tivemos regimes sejam capitalistas, como era o caso do fascismo, sejam regimes socialistas ou que se diziam socialistas, que era o caso do stalinismo, no qual o excesso de poder do aparelho do Estado e da burocracia, mas eu diria também dos indivíduos uns sobre outros, constituía algo absolutamente revoltante, tão revoltante quanto fora a miséria no século 19. Os campos de concentração que havia nesses países foram para o século 20 o que as famosas cidades operárias, o que as famosas barracas que abrigavam trabalhadores, o que a famosa mortalidade dos trabalhadores fora para os contemporâneos de Marx. Ora, nada nestes instrumentos conceptuais e teóricos que tínhamos em nossa cabeça nos permitia apreender bem este problema do poder, pois o século 19, que nos legara tais instrumentos, percebera estes problemas apenas através de esquemas econômicos. O século 19 nos havia prometido que no dia em que os problemas econômicos fossem resolvidos, todos os efeitos de poder suplementar excessivo seriam resolvidos. Por volta de 1955, o problema do poder começava a aparecer claramente. Eu diria que até aí, tinha sido possível considerar – e é justamente o que diziam os marxistas – que se o fascismo e seus excessos de poder tinham se produzido e até, em última análise, se os excessos do stalinismo tinham podido se produzir, era devido a dificuldades econômicas pelas quais havia passado o capitalismo em 1929, que haviam atravessado a União Soviética durante o período de dificuldades dos anos 1920-1940. Ora, em 1956 ocorre algo que eu creio ser de suma importância: o fascismo havia desaparecido em suas formas institucionais na Europa, Stalin estava morto e o stalinismo tendo sido liquidado ou pretensamente liquidado por Krutchev em 1956, os húngaros se revoltam em Budapeste, os russos intervêm e o poder soviético, que, entretanto, não deveria mais ser pressionado pelas urgências econômicas, reagiu como se viu. Na mesma época, tinha-se na França, e isso é muito importante, a guerra da Argélia, da colonização argelina, lidava-se com mecanismos de poder que se fechavam em si mesmos, para além das urgências econômicas fundamentais. Havia necessidade de pensar este problema do poder e havia a falta de instrumentos conceptuais para pensá-lo. Creio que no fundo, de um modo um tanto inconsciente, todas as pessoas de minha geração, e eu sou apenas uma delas, finalmente tentaram apreender esse fenômeno do poder. Agora,

eu reconstituirei retrospectivamente o trabalho que fiz fundamentalmente em função dessa questão. Em *História da Loucura*, do que se tratava? Tentar localizar qual é não tanto o tipo de conhecimento que se pôde formar sobre a doença mental, mas qual tipo de poder que a razão não cessou de querer exercer sobre a loucura desde o século 17 até nossa época. No trabalho que fiz sobre o *Nascimento da Clínica* foi também esse o problema. Como é que o fenômeno da doença constituiu, para a sociedade, para o Estado, para as instituições do capitalismo em vias de desenvolvimento, uma espécie de desafio ao qual ele teve que responder pelos meios de institucionalização da medicina, dos hospitais? Qual status se deu às doenças? Foi também o que pretendi fazer com relação à prisão. Portanto, toda uma série de análises do poder. Eu diria que *As Palavras e as Coisas*, sob seu aspecto literário, como se queira, puramente especulativo, é igualmente um pouco sobre isso, a localização de mecanismos de poder no interior dos próprios discursos científicos: a qual regra se é obrigado a obedecer em certa época, quando se quer obter um discurso científico sobre a vida, sobre a história natural, sobre a economia política? Ao que é preciso obedecer, a que restrição se está limitado, e como de um discurso a outro, de um modelo a outro se produzem efeitos de poder? Então, é toda essa ligação do saber e do poder, mas tomando como ponto central os mecanismos de poder, é isso, no fundo, que constitui o essencial do que pretendi fazer, isto é, isso não tem nada a ver com estruturalismo e que se trata justamente de uma história – bem sucedida ou não, não me cabe julgar, – de uma história dos mecanismos de poder e do modo como eles se entrelaçaram. É certo que eu não tenho, tampouco, aliás, as pessoas de minha geração, instrumentos prontos para construir isso. Eu tento construir a partir de pesquisas empíricas precisas sobre tal ou tal ponto, sobre tal ou tal setor muito preciso. Eu não tenho uma concepção global e geral do poder. Pode ser que venha alguém depois de mim e a construirá. Eu não faço isso.

– *Então o problema essencial para você desde seu primeiro livro, a História da Loucura, é sempre o problema de poder...*

– Isso mesmo.

– *Entretanto você nunca ou muito raramente falou daquilo que se chama luta de classes ou sobre a infraestrutura para abordar esse problema. Então, desde o começo, você viu claramente que a análise de inspiração marxista não funcionava para este tipo de problema.*

– Tomemos o caso de a *História da Loucura*, domínio ao qual me referi naquele momento. Duas coisas eram certas: de um lado, os loucos não constituíam uma classe e as pessoas razoáveis não constituíam outra classe. Não se pode superpor à série de enfrentamentos que podem se produzir entre uns e outros a linha que é ocupada pela razão e pela não razão (*déraison*). É evidente, sem comentários. Ainda é preciso dizer isso⁴. De outro lado, é certo que a institucionalização de certas formas de práticas como o internamento, a organização dos hospitais psiquiátricos, a diferença que há entre, por exemplo, o internamento em um hospital e os cuidados dados a um cliente em uma clínica, todas essas diferenças não são talvez estranhas à existência de classes no sentido marxista do termo, mas a maneira como este confronto de classes se manifesta nos domínios que eu estudei é extremamente complicada. É através de vários caminhos muito diferentes, bastante entrelaçados, bastante embaralhados que se pode reencontrar o laço efetivo que há entre as relações de classes, as dobras de uma instituição como a do internamento do hospital geral, do hospital psiquiátrico.

Simplificando, mais claramente: no centro dos mecanismos de internamento que foram desenvolvidos no século 16, sobretudo no século 17, em toda a Europa, se encontra o problema do desemprego, das pessoas que não conseguem trabalho, que emigram de um país a outro, que circulam através de todo o espaço social. Estas pessoas que foram soltas com o fim das guerras religiosas, e depois com o fim das guerras dos 30 anos, os camponeses empobrecidos, tudo isso constituía uma população flutuante, que preocupava e contra a qual se tentou reagir pela internação geral, sendo que os próprios loucos também foram pegos. Tudo isso é muito complicado, mas não creio que seja fecundo, que seja operacional dizer que a psiquiatria é uma psiquiatria de classe, que a medicina é de classe e que os médicos e os psiquiatras sejam representantes dos interesses de classe. Não se chega a nada quando se faz isso, o que não significa que não se deva recolocar a complexidade desses fenômenos no interior de processos históricos, que são econômicos etc.

– (...) *depois da publicação de A Arqueologia do Saber falou-se muito de método de Foucault, mas,*

justamente, você nunca fixou método algum...

– Não. *A Arqueologia do Saber* não é um livro metodológico. Não tenho um método que aplicaria do mesmo modo em domínios diferentes. Pelo contrário, eu diria que é um mesmo campo de objetos, um domínio de objetos que eu tento isolar usando instrumentos que eu encontro ou forjo no momento em que faço a pesquisa, mas sem privilegiar absolutamente o problema do método. Nesta mesma medida é que não sou absolutamente um estruturalista, pois os estruturalistas dos anos 50, 60, tinham por objetivo principal definir um método que fosse, senão universalmente válido, pelo menos geralmente válido para toda uma série de objetos diferentes: a linguagem, os discursos literários, as narrativas míticas, a iconografia, a arquitetura ... Esse não é, de modo algum, meu problema: eu tento fazer aparecer esta espécie de camada, eu ia dizer esta interface como dizem os técnicos modernos, a interface do saber e do poder, da verdade e do poder. É isso, esse é meu problema. Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e agora se pode dizer que a sociedade mundial produz a cada instante. Produz-se verdade. Estas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque estes mecanismos de poder tornam possíveis essas produções de verdade, as induzem; e elas próprias são efeitos de poder que nos ligam, nos conectam. São essas relações de verdade/poder, saber/poder que me preocupam. Então, esta camada de objetos, ou melhor, esta camada de relações, é difícil de ser apreendida; e como não há uma teoria geral para apreendê-las, eu sou, por assim dizer, um empirista cego⁵, quer dizer que eu estou na pior das situações. Não tenho teoria geral e nem mesmo um instrumento seguro. Eu tateio, eu fabrico como posso os instrumentos que são destinados a fazer surgir objetos. Os objetos são em certa medida determinados pelos instrumentos bons ou ruins que eu fabrico. Eles são falsos se meus instrumentos são falsos... Eu tento corrigir meus instrumentos pelos objetos que acredito descobrir e neste exato momento o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto que eu tinha definido não era de modo algum aquele, é assim que eu hesito ou titubeio de livro em livro.

– *O senhor acaba de pronunciar uma expressão muito significativa para definir sua atitude de pesquisa: “empirismo cego”. Justamente, acerca de A Arqueologia do Saber, escrevi um artigo em que afirmo: “o mais belo momento nos discursos de M. Foucault é quando ele se encontra em um lugar de não saber e que ele confessa sua impotência face às relações complexas das ideias e dos acontecimentos...” Este lugar de não saber não é uma falta que o desencoraja e sim uma necessidade quase existencial que o impulsiona a pensar e que o incita a estabelecer uma relação criadora para com a linguagem. É esta relação com o pensamento e a linguagem, muito particular, que provoca tanto mal entendido. Normalmente se estabelece de início um método que permite analisar algo desconhecido. O senhor não aceita esta relação conhecido/desconhecido...*

– Isso mesmo. Quer dizer que em geral ou se tem um método fechado para um objeto que não se conhece, ou o objeto pré-existe, sabe-se que ele está aqui, mas se considera que ele não foi analisado como deveria e se fabrica um método para analisar este objeto pré-existente já conhecido. Estas são as duas únicas maneiras razoáveis de se conduzir.

Eu, de minha parte, me conduzo de um modo totalmente não razoável e pretensioso, fora das fronteiras da modéstia, mas o que é mesmo pretensioso é a presunção, delírio de presunção quase no sentido hegeliano⁶ de querer falar de um objeto desconhecido com um método não definido. Assim eu assumo, sou desse jeito...

– *Então, em seu livro sobre a sexualidade ...*

– Eu gostaria de dizer ainda uma palavra. Depois do que eu disse, poderão me perguntar: “Por que você fala, você tem ou não um fio condutor?” Eu retomo o que dizia há pouco sobre o stalinismo. Há atualmente – e é nisso que a política intervém – em nossas sociedades, certo número de questões, de problemas, de feridas, de inquietudes, de angústias que são o verdadeiro motor da escolha que eu faço e dos alvos que tento analisar, dos objetos que tento analisar e da maneira como eu os analiso. É o que nós somos – os conflitos, as tensões, as angústias que nos atravessam – que são afinal o solo, não ousou dizer sólido, pois por definição ele está minado, ele é perigoso, o solo

sobre o qual me desloco.

– *Aliás, é por isso que o senhor fala do poder quando faz a História da Sexualidade. Mas ali também eu creio que pode haver mal entendido, pois o termo “poder” sempre foi associado e é ainda associado à noção de soberania estatal, enquanto que o senhor procurou definir “poder” em seu livro como não sendo nem uma instituição, nem uma estrutura, nem um poder estatal, mas um lugar estratégico em que se encontram todas as relações de forças do tipo poder/saber. Tenho a impressão de que o senhor falava de algo diferente de poder, que o senhor falava acerca daquilo que chama a verdade, não a verdade que a sociedade atual produz em toda parte, mas a verdade que o senhor deve atingir pela ficção de seu trabalho. Eu me engano, talvez, mas sua definição não se aplica melhor ao que o senhor chama de verdade?*

– Não, o senhor não se engana. Eu creio que posso dizer a mesma coisa de modo um pouco diferente. Na França se entende também em geral por poder os efeitos de dominação que estão ligados à existência de um Estado e ao funcionamento dos aparelhos de Estado. O poder: imediatamente o que vem à mente das pessoas, é o exército, a polícia, a justiça. Para falar de sexualidade, antes se condenava os adultérios, se condenava os incestos; agora se condenam os homossexuais, os estupradores. Ora, quando se tem essa concepção de poder, creio que as pessoas o localizam somente nos aparelhos de Estado, ao passo que as relações de poder existem; mas isso, apesar de ser conhecido por muitos, nem

sempre se tiram as consequências, passa-se por cima disso. As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre o que sabe e o que não sabe, entre pais e filhos, na família. Na sociedade há milhares, milhares de relações de poder, e, por conseguinte, relações de forças, e assim, pequenos enfrentamentos, micro lutas por assim dizer. Se é verdade que estas pequenas relações de poder são com muita frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes do Estado ou das grandes dominações de classe, ainda é preciso dizer que num sentido inverso uma dominação de classe ou uma estrutura de Estado não podem funcionar bem se não houver na base, estas pequenas relações de poder. O que seria o poder de Estado, aquele que obriga, por exemplo, ao serviço militar, se não houvesse, em torno de cada indivíduo, todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu mestre – àquele que sabe, àquele que meteu na sua cabeça tal ou tal ideia?

A estrutura do Estado, no que ela tem de geral, de abstrato, e mesmo de violento, não chegaria a reter assim, continuamente e de modo suave, todos os indivíduos, se ela não se enraizasse, se ela não utilizasse, como uma espécie de grande estratégia, todas as pequenas táticas locais e individuais que encerram cada de nós. É um pouco esse fundo de relações de poder que eu gostaria de fazer aparecer. Isso responde a sua pergunta sobre o Estado⁷. Além disso, gostaria de ressaltar também que estas relações de poder utilizam métodos e técnicas muito, muito diferentes umas das outras, conforme as épocas e conforme os níveis. Por exemplo, a polícia tem, certamente, seus métodos, nós os conhecemos, mas há também outro método, toda uma série de procedimentos pelos quais se exerce o poder do pai sobre os filhos, toda uma série de procedimentos pelos quais, em uma família, se vê tecer relações de poder, dos pais sobre os filhos, mas também dos filhos sobre os pais, do homem sobre a mulher, mas também da mulher sobre o homem, sobre as crianças. Todos eles têm seus métodos e sua própria tecnologia. Enfim, é preciso dizer que não se podem conceber essas relações de poder como uma espécie de dominação brutal com a forma: “Faça isso ou eu te mato!”. Não são situações extremas de poder. De fato, as relações de poder são relações de força, de enfrentamentos, então, sempre são reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. Tem-se dito muito (os críticos me acusam disso) que, para mim, ao pôr o poder em toda parte, eu exclua toda possibilidade de resistência. Mas é o contrário!

Eu quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, chamam a todo instante, abrem a possibilidade de uma resistência, e isso porque há a possibilidade de resistência real, que o poder daquele que domina tenta manter-se com tanta força quanto possível, quanto maior a astúcia, maior a resistência. De modo que é muito mais a luta perpétua e multiforme que eu tento mostrar do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizador. Em todo lugar se está em luta – há a

cada instante, a revolta da criança que põe o dedo no nariz à mesa para provocar seus pais, isso, pode-se dizer que é uma rebelião. É toda essa agitação perpétua que eu gostaria de poder mostrar. Eu não sei se respondi exatamente a sua questão. Havia a questão da verdade. Pode-se dizer, com efeito, que por verdade eu não entendo uma norma geral, uma série de proposições⁸. Eu entendo por verdade o conjunto dos procedimentos que permitem, a cada instante e a cada um, de pronunciar enunciados que serão considerados como verdadeiros. Não há absolutamente nenhuma instância suprema. Há regiões nas quais os efeitos de verdade estão perfeitamente codificados, nas quais os procedimentos pelos quais se pode chegar a enunciar verdades são previamente conhecidos, codificados. São em geral os domínios científicos. No caso das matemáticas, é exatamente assim. No caso das ciências, digamos empíricas é mais flexível. E depois, fora das ciências, se têm também efeitos de verdade que estão ligados ao sistema de informações: quando alguém, um falante no rádio ou na TV, anuncia algo, você pode crer ou não, mas isso passa a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade, apenas porque é pronunciado de certo modo, com certo tom, por certa pessoa, em certo momento. Eu não fui o primeiro, longe disso, a pôr a questão do poder de que eu falei ainda há pouco. Houve um grupo de pessoas bem interessantes que o estudaram, e bem antes de 1956. Foram aqueles que, a partir de um ponto de vista marxista tentaram estudar o que eles chamavam de fenômeno burocrático, enfim, a burocratização do Partido. Isso se fez logo após os anos 30 nos círculos trotskistas ou derivados do trotskismo. Fizeram um trabalho considerável. Mostraram várias coisas importantes, mas é absolutamente verdadeiro que a maneira como eu ponho o problema é diferente, pois eu não tento ver qual é a aberração que se produziu nos aparelhos de Estado e que levaram a este suplemento de poder. Eu tento, pelo contrário, ver como, na vida cotidiana, nas relações que são aquelas entre os sexos, nas famílias, entre os doentes mentais e as pessoas razoáveis, entre os doentes e os médicos, enfim, em tudo isso há inflações de poder. Dito de outro modo, a inflação de poder, em uma sociedade como a nossa não tem uma única origem que seria o Estado e a burocracia do Estado. Como há uma inflação perpétua, uma inflação galopante como diriam os economistas, que nasce a cada instante, quase a cada passo, pode-se perguntar: “Mas por que, aqui, eu exerço poder? Não somente com que direito, mas para que serve isso?” Considere-se, por exemplo, o que aconteceu com as doenças mentais. Durante séculos a ideia era que, se eles não fossem isolados, primeiramente isso seria perigoso para a sociedade, em segundo, seria perigoso também para eles mesmos. Ora, hoje se assiste a uma espécie de abertura geral dos hospitais psiquiátricos, não sei no Japão, mas sim na Europa, e se percebe que isso não aumenta de forma alguma a taxa de perigo para as pessoas razoáveis. Certamente, pode-se citar o caso de pessoas que foram liberadas de um hospital psiquiátrico e que mataram alguém, mas considerando as estatísticas, em comparação com o que acontecia antes, isso não ocorre, eu diria que há até menos que à época em que se tentava fechar todos eles e, além das evasões, havia muita gente que nunca foi internado...